

Painel / Linha temática 14

Trabalho e Desigualdades Sociais: Conflitos e Precariedades



Mesa 14.3

"Trabalho, Precariedade e Desigualdades"

Comentador (a): Gisela Maria Bester¹
Marcos Ferraz²

Moderadora: Carina Jordão³

Coordenadora: Tânia Almenara⁴

103	Ana Cláudia Alves da Silva	ana77silva@gmail.com	Precariedade na pequena propriedade? Interrogações em torno da pequena propriedade empresarial	CES/ FEUC
116	Sônia Emília Pires Preto	soniapreto@gmail.com	Olívia Patroa e Olívia Costureira: Será o salário apenas uma questão de perspectiva?	Instituto Superior Bissaya Barreto
150	Hélio da Costa	hdcosta@uol.com.br	Redes Sindicais de Trabalhadores em Empresas Multinacionais-: uma experiência em construção	USP
151	Carina Raquel Mendes Jordão	crmjordao@gmail.com	As (des) igualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho e o crescimento económico dos países da União Europeia	CES/ FEUC

1 Professora colaboradora do UNICURITIBA - Centro Universitário Curitiba (Brasil). Professora permanente do mestrado em Direito, Democracia e Sustentabilidade da IMED - Faculdade Meridional (Brasil).
<http://lattes.cnpq.br/3718611665180124>

2 Professor adjunto no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, Brasil. Atua na área de Sociologia: sindicalismo docente, movimento dos trabalhadores, sociologia do trabalho, imprensa sindical e sindicalismo, políticas públicas e cidadania. CV: <http://lattes.cnpq.br/4938261716988088>.

3 Doutoranda do CES

4 Doutoranda do CES, membro da comissão organizadora do Colóquio
http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2013/index.php?id=7969&id_lingua=1&pag=8030

Precariedade na pequena propriedade? Interrogações em torno da pequena propriedade empresarial

Ana Cláudia Alves da Silva⁵

Desde o pensamento clássico que a condição precária da pequena propriedade é endereçada nas análises de classes. Marx condená-la-ia ao desaparecimento ante o desenvolvimento capitalista e a concentração do capital, e Weber (1981:70) colocaria a questão da exploração do pequeno capital pelo capital financeiro. Posteriormente, Wright (1981) advogar-lhe-ia uma localização contraditória de classe, e Erikson e Goldthorpe (1993:40-41) declaram a dificuldade em precisar a sua localização na estrutura social. Nesta linha, um questionamento da precariedade na pequena propriedade oferece ainda um campo vasto de exploração sociológica, especialmente em Portugal, onde 99,9% das empresas são PME com estruturas financeiras deficitárias e dependentes do financiamento bancário (Banco de Portugal 2012; António & Trigo, 1991). O problema sociológico parece ainda mais pertinente quando vários estudos apontam para o aumento, a nível nacional, da categoria “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” (e.g., Almeida et al., 1994; Machado & Costa, 1998). O crescente peso que, desde a década de 1970, têm as trajetórias de mobilidade intergeracional ascendente dos empresários intriga-nos, especialmente quando confrontado com a fraca expressão de uma “modalidade de reprodução” direta do capital económico herdado (Guerreiro, 1996, 2000), como ocorreria no caso dos patrões privados franceses (Bourdieu & de Saint Martin, 1978). Será por este motivo que Estanque (2003:100) encontra, numa amostra representativa nacional, um total de empregadores autoidentificando-se como da classe média ou baixa e 0% como pertencendo à classe alta? Fará sociologicamente sentido pensarmos em precariedade quando nos referimos aos pequenos proprietários empresariais? E em que medida estará essa precariedade relacionada com, por um lado, a dependência do capital financeiro e, por outro, uma perceção de classe tendencialmente média ou baixa? A comunicação que se propõe visa endereçar estas questões, apresentando um modelo analítico alternativo a um olhar típico da sociologia das classes sociais sobre o pequeno patronato.

Palavras-chave: pequena propriedade empresarial; precariedade, posição social de classe.

⁵ Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pelas Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, é atualmente doutoranda em Sociologia – Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo no Centro de Estudos Sociais/FEUC. Os seus interesses de investigação centram-se no vasto domínio das desigualdades sociais, especialmente no que respeita às assimetrias de classe e ao modo como estas permeiam a construção de trajetórias individuais e coletivas. Tem trabalhado estes domínios analíticos no meio académico, porém não negligenciando a sua tradução em estratégias de intervenção e transformação social, o que vem privilegiando ao longo do seu envolvimento em várias iniciativas de intervenção comunitária em organizações do terceiro setor.

Olívia Patroa e Olívia Costureira: Será o salário apenas uma questão de perspectiva?

Sónia Emília Pires Preto⁶

O trabalho assume uma importante função promotora de sentido e significado do ontos sendo que a questão retributiva é central no domínio laboral. Todavia, o salário não traduz um típico direito de crédito nem constitui a contrapartida de uma mera mercadoria, não podendo deixar de se sublinhar que este se apresenta como a única fonte de rendimentos da maior parte da população e, nessa medida, de acesso a bens, mas igualmente de identidade e cidadania. Partindo destes pressupostos é possível concluir que nem o mercado explica integralmente o salário nem o esgota, sem embargo o salário pode ser encarado não apenas da óptica de quem o recebe mas também da de quem o paga, bem como da de quem o estabelece e sindicala. A presente proposta pretende questionar as personagens principais (Trabalhador, Empregador, Estado e Tribunais) neste palco e qual a sua função potencial na conformação desta matéria pois o salário tem enformado o conflito capital/trabalho pondo em causa o equilíbrio social.

Palavras-chave: Trabalho, salario, valor do salario, perspectivas salariais, questão social.

⁶ Assistente no Instituto Superior Bissaya Barreto em Coimbra, advogada, Doutoranda no Curso Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI (3. ed.). Mestre em Direito do Trabalho.

Redes Sindicais de Trabalhadores em Empresas Multinacionais: uma experiência em construção

Hélio da Costa⁷

No início da década de 2000 começou a ocorrer no Brasil um processo de formação de Redes Sindicais de Trabalhadores em Empresas Multinacionais inspiradas na proposta dos Comitês Europeus de Empresas na Europa. Atualmente existe, segundo levantamento da Central Única dos Trabalhadores – CUT, cerca de 50 redes sindicais formadas em diferentes estágios de organização. No caso brasileiro, as Redes Sindicais cumprem um papel importante ao tentar superar os limites da estrutura sindical existente no país, cuja abrangência dos contratos coletivos se limitam à esfera dos municípios. Ou seja, uma empresa no Brasil que tenha diversas unidades espalhadas pelo território brasileiro terá em cada cidade um sindicato diferente a representar seus trabalhadores. Outro aspecto que é derivado da questão anterior, diz respeito às assimetrias de salários e condições de trabalho e benefícios sociais, entre trabalhadores que exercem a mesma função em plantas diferentes de uma mesma empresa, uma vez que as negociações coletivas são pulverizadas. Nesse aspecto, as Redes tem buscado superar o isolamento e o desconhecimento da realidade dos trabalhadores de diferentes unidades de uma mesma empresa e através de encontros e troca de informações entre elas. Em muitos casos, o passo seguinte é a construção de eixos de lutas e reivindicações comuns para a Rede de Trabalhadores. Apesar de uma experiência em franca expansão no sindicalismo brasileiro, e que pode ser considerada como a principal estratégia de combate sindical frente ao poder das empresas multinacionais, os constrangimentos para um caminho virtuoso para as Redes Sindicais ainda estão muito presentes. Nosso objetivo será analisar os avanços e os impasses dessa experiência em curso no atual contexto sindical e político do Brasil, tanto na perspectiva da relação capital versus trabalho, como nos desafio intrasindical que faz parte da dinâmica do sindicalismo brasileiro.

Palavras-chave: Redes sindicais, sindicalismo internacional, ações coletivas.

⁷ Pesquisador licenciado do Instituto Observatório Social com sede na cidade de São Paulo- Brasil. Mestre em História Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e Doutorando em Sociologia do Trabalho na Universidade de São Paulo (USP) sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva. Está em missão de estudo no Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, com bolsa de estudo financiada pela CAPES/Brasil dentro do projeto “Precarização do trabalho, desigualdades sociais e dinâmicas de ação coletiva”, sob orientação do Prof. Dr. Hermes Augusto Costa.

As (des) igualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho e o crescimento económico dos países da União Europeia

Carina Raquel Mendes Jordão⁸

Nas últimas décadas alcançaram-se progressos notáveis em matéria de igualdade entre mulheres e homens. No entanto, em pleno século XXI, os obstáculos a uma real igualdade permanecem e parece haver ainda um longo caminho a percorrer, inclusive nos 28 países da União Europeia (EU-28), considerados dos mais desenvolvidos do mundo. No mercado de trabalho, apesar da crescente participação feminina, as mulheres continuam mais sujeitas a situações de desvantagem e isso é facilmente perceptível em diversos indicadores estatísticos. Ora, considerando que na generalidade dos países que integram a EU-28 são as mulheres quem tem mais êxito nos respetivos percursos escolares e que representam a maioria dos diplomados do ensino superior, é difícil compreender que não obtenham melhores condições no mercado de trabalho e que a sua capacidade produtiva não seja mais bem aproveitada. Por outro lado, sabemos que a EU-28 é um conjunto de nações cada vez mais desiguais onde continua a não ser fácil explicar porque é que alguns países crescem e se desenvolvem enquanto outros estagnam ou regredem. Assim, no momento em que se questiona o projeto europeu e o modelo de desenvolvimento seguido nos últimos anos, o nosso estudo procura colocar no centro do debate esta problemática, mostrando que o nível de crescimento dos Estados-Membros da UE está relacionado com a (des) igualdade média no mercado de trabalho. Numa primeira fase, partindo da discussão sobre o que é a (des) igualdade entre homens e mulheres na esfera laboral, serão analisados os diferentes indicadores usados pelos organismos internacionais para aferir o fenómeno. Posteriormente, será estudada a relação entre a (des) igualdade média no mercado de trabalho e o nível de crescimento económico dos 28 Estados-Membros da UE, no período 2008-2012, numa tentativa de perceber se os países que conseguem melhores resultados económicos apresentam mercados de trabalho mais equilibrados em termos de 'género'.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, (Des)igualdades, União Europeia, Crescimento.

⁸ Licenciada em Relações Humanas e Comunicação no Trabalho pela Escola Superior de Educação de Leiria (2004); Mestre em Gestão Empresarial pelo IPL e UALG (2011). Formadora; Técnica Superior de Higiene e Segurança no Trabalho. Assistente de Desenvolvimento Empresarial (2005-2008); Professora de 3º Ciclo e Secundário no sector público (2008-2012); Bolseira de doutoramento da FCT (desde Janeiro de 2013).